



Estratégia

CONCURSOS

Aula 06

Atualidades e Geografia p/ ABIN

Professor: Rodrigo Barreto

Aula 6

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Os movimentos migratórios internos	1
2. A Evolução da estrutura fundiária e os problemas demográficos no campo.	7
3. A dinâmica das fronteiras agrícolas e sua expansão para o Centro-Oeste e para a Amazônia	23
4. Brasil e a questão cultural	33
5. Questões comentadas	40
6. Lista de questões	53
7. Gabarito	61

1. Os movimentos migratórios internos

A primeira coisa que devemos ter em mente é o que vem a ser um movimento migratório interno, então vamos definir essa situação. Movimento migratório interno é o fluxo de pessoas dentro de um determinado país, ou seja, é o movimento (compreendido geralmente de forma macro) que se dá levando-se em consideração apenas os limites de um país.

Muitas razões fazem com que as pessoas sejam levadas a migrar, como, por exemplo, questões econômicas (como a possibilidade de melhorar de vida, arrumando um emprego em outro local), questões ambientais (aqueles que fogem da seca para regiões menos hostis ou mesmo aqueles que migram sazonalmente de uma

região para outra a fim de aproveitar o melhor clima para plantar), catástrofes naturais (aqueles que deixam um determinado bairro ou uma cidade e se deslocam fugindo de situações penosas tais como enchentes, tornados ou erupções) e até fatores individuais (como os que saem de um local em razão de se casar e estabelecer residência em outro). Não nos esqueçamos de que até outros animais migram buscando melhores condições climáticas, alimentos ou condições reprodutivas.

As migrações não são fenômenos recentes na humanidade, na verdade, na história podemos ter contato com relatos acerca de vários tipos de povos nômades ou povos que migravam buscando conquistar novos territórios ou ainda de mudanças dentro de uma região buscando melhores locais para agricultura. Apesar disso, o geógrafo Milton Santos entende que as migrações podem ser consideradas uma “expressão espacial dos mecanismos de modernização”, ou seja, o fenômeno do deslocamento das pessoas no espaço está ligado aos mais diversos fatores do mundo moderno e da contemporaneidade. Eu diria que o fenômeno da migração não é exclusivo da modernidade, contudo está relacionado às demandas e as características dessa época. Assim, podemos dizer que as migrações se adaptam ao seu tempo, modificando-se à medida que se modifica o mundo.

O êxodo rural é um importante tipo de migração interna e se dá com a saída de pessoas do campo para a cidade. Enganam-se os que acham que o êxodo rural só se deu no Brasil com a saída de nordestinos para o Sudeste, buscando empregos e melhores condições de vida. Na realidade, esse fenômeno não é tão recente aqui, tendo ocorrido em diversas situações e de diversas maneiras em nossa história, o que acontece é que durante o século XX houve o chamado grande êxodo rural com a saída de retirantes nordestinos, fugidos da

seca e da pobreza que assolavam suas cidades, para as cidades do Sudeste – sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo.

Desde o governo Vargas, passando por JK e chegando ao período militar, o Sudeste recebeu o maior volume de investimentos e, assim, com a industrialização e a modernização crescentes no Brasil, essa região viu os postos de trabalho e a necessidade de mão de obra crescer exponencialmente. A abertura econômica ao capital internacional possibilitou a chegada de grandes indústrias multinacionais, como montadoras de veículos, ao país que se instalaram em cidades como São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Somadas a essas empresas, as estatais também tiveram grande importância nesse processo, devido a grande necessidade de trabalhadores que tinham.

Ao mesmo tempo que o Sudeste se desenvolvia, o Nordeste sofria com a seca, com a escassez de alimentos e a falta de postos de trabalho. Com essa situação penosa, os nordestinos viam no Sudeste um “oásis” onde conseguiriam melhores condições de vida. Agora, prestem atenção, além desses componentes econômicos, sociais e climáticos, também devemos perceber que fatores culturais influenciaram consideravelmente a migração de nordestinos para a região. Emissoras como Globo, Record e Tupi propagavam um estilo de vida “dourado” e pintavam o Rio de Janeiro e São Paulo como cidades prósperas, quase não fazendo menção aos seus problemas sociais. Essa “ilusão” fez com que muitos nordestinos abandonassem tudo o que tinham, subissem em paus-de-arara, atravessassem quilômetros de terra batida, embaixo do Sol escaldante, até chegar aos seus destinos. O problema é que esses destinos quase nunca eram os paraísos que imaginavam e a vinda desenfreada dessas pessoas

acabou gerando uma massa de excluídos, sem habitação digna, trabalhando em condições cruéis e longe de seus familiares.

Outra migração histórica envolvendo nordestinos se deu quando eles saíram de sua região em direção ao Norte do país. Durante a Segunda Guerra Mundial, havia uma enorme demanda não atendida por borracha e, por essa razão, o governo brasileiro alistou um enorme contingente de trabalhadores para trabalhar na produção de borracha a fim de atender os Estados Unidos, já que o Japão havia cortado o envio de borracha aos norte-americanos. Com isso milhares de brasileiros – principalmente os nordestinos – foram enviados ao norte do país para trabalhar nos seringais amazônicos.

No final de 1941, os países aliados viram a guerra consumir seus estoques de matérias primas estratégicas e nenhuma caso era mais alarmante que o da borracha. A entrada do Japão no conflito determinou o bloqueio definitivo dos produtores asiáticos de borracha. Em 1942 o Japão detinha mais de 97% das regiões produtoras do Pacífico, tornando crítica a disponibilidade desse produto para indústria bélica dos aliados. A soma desses fatores deu origem no Brasil à chamada Batalha da Borracha.

Entretanto, naquela época, só havia cerca de 35 mil seringueiros em atividade com uma produção de aproximadamente 16 mil toneladas na safra de 1940-41. Seriam necessários ao menos mais 100 mil trabalhadores para elevar a produção a 70 mil toneladas num menor espaço de tempo. Para alcançar esse objetivo, iniciaram-se negociações entre os governos brasileiro e norte-americanos, culminando na assinatura do Acordo de Washington. Como resultado, ficou estabelecido que o governo americano passaria a investir maciçamente no financiamento da produção de borracha amazônica.

Em contrapartida, caberia ao governo brasileiro o encaminhamento de grandes contingentes de trabalhadores para os seringais - decisão que passou a ser tratada como um heroico esforço de guerra.

No papel, o esquema parece simples, mas a realidade mostrou-se muito mais complicada quando chegou o momento de colocá-lo em prática. Aqueles eram os primeiros soldados da borracha, simples retirantes que se amontoavam com suas famílias por todo o Nordeste, fugindo de uma seca que teimava em não acabar e os reduzia a miséria. Mas aquele primeiro grupo era, evidentemente, muito pequeno diante das pretensões americanas. Em todas as regiões do Brasil, aliciadores tratavam de convencer trabalhadores a se alistar como soldados da borracha e, assim, auxiliar a causa aliada. Assim, os soldados da borracha foram formados majoritariamente por migrantes nordestinos, mas também por de outras regiões.

Percebiam que o Nordeste foi, por muito tempo, uma região de repulsão populacional, já que as pessoas saíam de lá para outras regiões e não o contrário. As razões, como já conversamos, são muitas: seca, falta de trabalho, alimentos, dinheiro, a busca por condições mais dignas de vida, etc. Volto a repetir que esses fenômenos não se circunscrevem a questões econômicas, envolvendo também fatores culturais, sociais e climáticos. Já as cidades para as quais as pessoas se dirigiam são chamadas de cidades de atração populacional.

Para fixar: as cidades grandes exerceram, principalmente no período de 1940-80, um enorme fascínio nos moradores do campo e a saída destes para aquelas se deu comumente em países subdesenvolvidos. Entre as causas principais desse movimento migratório estão a falta de condições de vida (falta de escolas, de

saneamento básico, de hospitais, de moradia digna), a mecanização da agricultura, as secas, a concentração de terras, o desenvolvimento urbano, etc.

Entretanto, uma parcela considerável de nordestinos que foram ao Sudeste não conseguiu melhorar consideravelmente sua condição, acabando desempregados, sem acesso aos serviços públicos e relegados a periferia. Essa situação gerou um aumento considerável dos problemas sociais urbanos, como a expansão das moradias irregulares e o aumento dos moradores de rua. Pode-se traçar um paralelo comparativo entre o processo de peregrinação de negros alforriados após a Lei Áurea, em 1888, e os nordestinos que migravam para as cidades do Sul e Sudeste. Isso porque em ambos os casos essas populações ficaram excluídas do avanço social.

Durante a década de 90, entretanto, houve uma queda considerável desses grandes fluxos migratórios e atualmente eles se tornaram movimentos mais localizados. O Nordeste vem se desenvolvendo gradativamente e é cada vez mais comum que os nordestinos busquem oportunidades em suas próprias regiões. Além disso, tem se tornado comum o movimento de saída de pessoas das grandes cidades em direção às cidades médias ou mesmo pequenas, buscando fugir da violência e do estresse da vida urbana, além da procura por mercados não saturados.

Outro ponto em relação às migrações internas são aquelas que cotidianamente ocorrem. Vejam que é muito comum nas grandes cidades que grande parte de seus trabalhadores seja oriunda de outras cidades (menores) e que eles façam o deslocamento de uma cidade para outra diariamente. Essa espécie de migração interna é chamada de pendular, possuindo dinâmica própria em cada região. Um exemplo

que poucas vezes nos lembramos ao citarmos a migração pendular é o caso dos boias-frias. Normalmente, os boias-frias moram em uma cidade pequena e se deslocam até a fazenda diariamente. Chamo atenção para esse ponto, pois caso o examinador afirme que as migrações pendulares ocorrem apenas urbanamente, vocês deverão marcar que é falso.

2. A Evolução da estrutura fundiária e os problemas demográficos no campo.

Segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a agricultura brasileira deve ser estudada levando-se em consideração o desenvolvimento do capitalismo dentro de um país, pois, tendo em vista que a agricultura, além de meio por meio do qual se extraem parte dos alimentos, é também um mercado produtivo integrado dentro do sistema econômico. Assim, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento avança, reproduzindo relações particulares do capitalismo (como a implementação do trabalho assalariado, por exemplo, com os boia-fria), também produz, antagonicamente, relações camponesas de produção. Vejam só: produz trabalho assalariado (típico do capitalismo) e também trabalho camponês (por meio do trabalho familiar no campo).

O supracitado professor destaca que tal processo não deve ser entendido de forma estanque; na verdade, ele deve ser entendido no interior da economia capitalista internacional e globalizada, que se produz e reproduz em vários locais ao redor do globo. Essa espécie de economia gera uma interdependência comercial e produtiva entre os países e a agricultura também está incluída nesse processo. Outro detalhe é que essa interdependência também inclui os produtores, as empresas e os consumidores.

É importante que entendamos esse processo, pois é exatamente o compreendendo que conheceremos melhor a dinâmica de concentração populacional e as causas mais profundas dos movimentos migratórios, sobretudo, o êxodo rural. Vimos que o êxodo rural é um movimento migratório de repulsão rural em direção às regiões metropolitanas. A população urbana superou, desde 1960-70, a população rural e isso é claramente fruto do processo migratório. Em 2000, a população urbana representava mais de 81% da população do país e, mesmo em termo absolutos, podemos perceber uma queda da população rural nos últimos vinte anos.

Segundo Oliveira, esse processo formou no Brasil a concentração da força de trabalho nas regiões industriais e do capital nas regiões industriais mais desenvolvidas. Outro ponto frisado é o de que esse processo também trouxe para o interior dessas regiões metropolitanas (mais facilmente observado em suas periferias) a escassez do acesso aos serviços básicos e a especulação imobiliária, intensificando o processo de crescimento vertical.

Na agricultura, o processo de seu desenvolvimento está diretamente relacionado ao processo de internacionalização da economia brasileira e este, por sua vez, está relacionado com o desenvolvimento do capitalismo mundial e, portanto, com a dívida externa brasileira. Isso se deu porque é por meio do endividamento que os países subdesenvolvidos conseguem mecanismos para desenvolver sua agricultura, ampliando a produção, na agricultura e principalmente na indústria.

Para pagar suas dívidas eles têm que exportar, sujeitando-se a vender seus produtos nos mercados internacionais e, portanto,

submetendo-se aos seus preços. Como vocês sabem, o preço das matérias-primas são mais baixos do que os dos produtos industrializados – com uma ou outra exceção, caso do petróleo, que é uma matéria prima com alto valor – e, assim, tais países se veem obrigados a ampliar a produção a fim de pagar a dívida. A necessidade de pagamento da dívida gera a necessidade de se tomar mais dinheiro emprestado e, conseqüentemente, pagar a dívida. Essa lógica faz como que eles tenham que exportar mais e, com esse movimento de aumento da oferta, os preços caem ainda mais – desvalorizando muitos dos principais produtos dos países subdesenvolvidos.

Querem um exemplo mais prático de tudo o que estou dizendo? Nas últimas décadas, no Brasil, tem-se observado uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas para exportação (por exemplo, soja), diminuindo a produção de produtos destinados a própria população brasileira. Nas palavras de Oliveira, “o processo de internacionalização da economia brasileira revela, então, que o desenvolvimento atual do capitalismo na agricultura está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo de produzir industrial no campo, que por sua vez provoca um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura.

Se uma questão afirmar que, no processo de articulação entre indústria e agricultura, as transformações ocorridas no campo são ditadas exclusivamente pela indústria, vocês marcariam correto? Não! Não se pode dizer que as transformações no campo sejam apenas frutos da vontade industrial. É fato que existe uma forte relação entre campo e indústria, todavia não se pode afirmar que apenas fatores relacionados às indústrias digam respeito às transformações ocorridas no campo.

Ainda nas palavras de Oliveira, “não é verdade que esteja ocorrendo o domínio absoluto do modo de produzir industrial e a expansão do total do trabalho assalariado no campo. É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditada pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória. Muitos autores, seguindo a primeira linha do pensamento, afirmam que o campo brasileiro está marcado pela modernização da agricultura. Inclusive, procuram mostrar que o consumo de tratores, máquinas e insumos agrícolas são a expressão material dessa modernização. Esses autores chamam essa modernização de “conservadora”, ou afirmam que estamos definitivamente diante do chamado domínio do progresso técnico na agricultura. Esses autores têm apenas em parte razão em seus argumentos, pois o processo de produzir também é um processo de consumir. É verdade que tem ocorrido um crescimento do consumo produtivo por setores do campo nos últimos anos, porém é fundamental situar esse processo no conjunto do país e entendê-lo no processo global da expansão do capitalismo monopolista no Brasil”.

O progresso técnico no campo, na verdade, se deu de maneira bastante concentrada e desigual. Por isso, podemos dizer que a concentração da propriedade de terra se reflete na estrutura produtiva, de forma que a disseminação de bens produtivos (máquinas, fertilizantes e técnicas) está bastante longe de ser a realidade. Poucos agricultores detêm a maior parte desses bens, assim como poucos detêm a maior parte das terras.

Aliás, a história da concentração de terras no Brasil não é recente, afinal nosso país sofreu os processos de capitania

hereditárias e as sesmarias. Lembram? É óbvio que esse modelo concentrador ainda deixa vestígios e podemos dizer que ainda hoje a distribuição de terras produtivas no Brasil se caracteriza por uma violenta concentração e exclusão. Vocês sabem que é essa a principal razão de ter se originado no Brasil um dos maiores movimentos sociais do mundo, o Movimento dos Sem Terra, que, também por outras razões ideológicas e políticas, vê na concentração de terra o grande inimigo a ser combatido.

Somente a partir dos anos 1960, o modelo de ocupação colonial monocultor vai sofrer mudanças mais importantes. Vejam bem, sou repetitivo para ficar claro: a partir de 1960 há mudanças significativas, o que não significa dizer que não haja mais concentração de terras atualmente. Acontece que a partir de 1960 o campo sofre mais profundamente uma mudança nas tecnologias que nele são aplicadas.

A concentração de terras é uma das mais evidentes materializações do capitalismo no campo, ou seja, a disseminação de terras para inúmeros proprietários ou a utilização coletiva da terra pelas cooperativas possuem chances bem remotas em modelos econômicos e políticos como o nosso.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, a partir dos anos 1960, se caracterizou pela transição das grandes terras improdutivas para as terras cujas proprietárias são as grandes empresas do ramo agrícola – essa situação gerou a concentração, portanto a exclusão dos médios e pequenos produtores. A política de se produzir visando ao mercado externo gerou a necessidade de que esse modelo produtivo investisse em eficiência, produzindo mais. O êxodo rural também está relacionado a esse processo, já que como os pequenos e médios produtores foram excluídos do processo produtivo

no campo, eles não tinham onde plantar, portanto a única opção para muitos desses excluídos era se deslocar para a cidade. Afinal, qual seria a vantagem morar no campo sem poder plantar?

Ademais, esse processo de desenvolvimento da agricultura brasileira tem revelado um processo de unificação de dois “mundos” que pareciam antagônicos: a indústria e a agricultura. E isso se dá, pois o chamado “grande empresário” se tornou o principal proprietário das terras, concentrando-as. A partir do momento no qual os grandes empresários passam a possuir grandes extensões de terras, gerando os chamados latifúndios, os camponeses passam a ter menos terras para cultivar. Essa relação de desenvolvimento, ao passo que industrializa o campo, implementa um modelo excludente e concentrador (como é de forma geral o desenvolvimento no Brasil).

A condição de ser ou não o proprietário da terra é um fator central na obtenção de resultados por quem dela se utiliza. A renda gerada a partir da propriedade de terra, segundo Oliveira, demonstra satisfatoriamente de que maneira a propriedade privada de terra influencia os meios de produção e o trabalho rural.

Os empresários, ao comprarem terras, a utilizam, ainda, como uma espécie de reserva de valor para especulação no mercado. Segundo Oliveira há dois mecanismos dentro desse contexto especulativo: o primeiro é a grilagem de terra que seria “o caminho ‘gratuito’ do acesso à renda; do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la” e o outro seria a posse de terras que é “o ato de quem não quer pagar a renda ou não aceita a condição de que para produzir tenha que pagá-la.” Assim, podemos perceber que o latifúndio e o agronegócio, que afinal são frutos do desenvolvimento do capitalismo

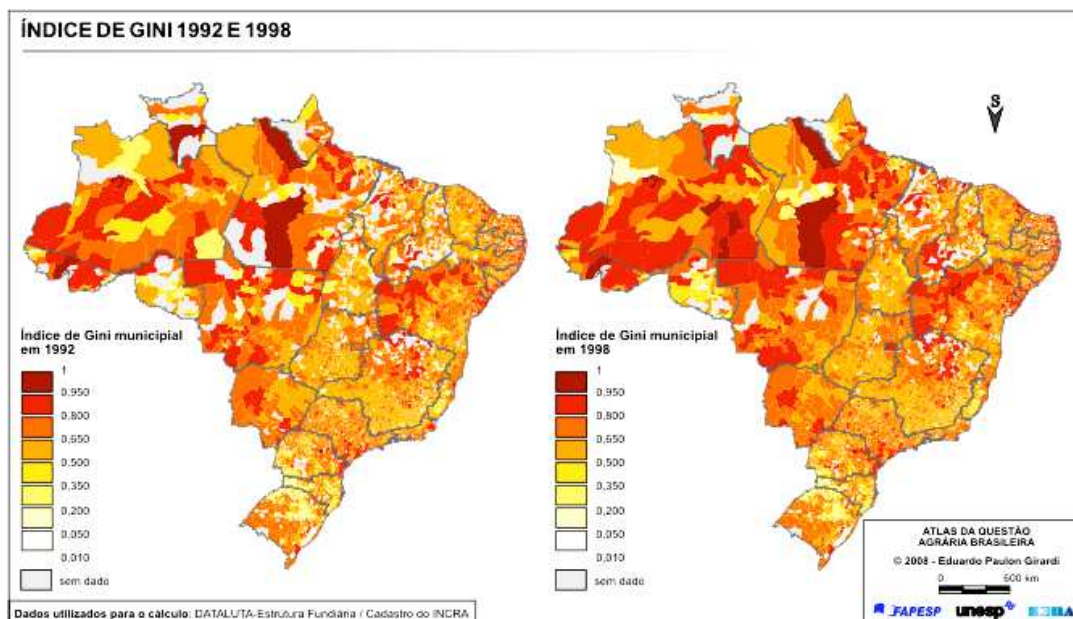
rural, compõem a exploração capitalista no campo, através da especulação e da compra antecipada da renda gerada pela propriedade latifundiária e através da apropriação dos excedentes (mais valia) no agronegócio; para os quais a concentração da terra é fundamental.

Dessa maneira, pessoal, podemos dizer que a estrutura fundiária brasileira é marcada pelo modelo concentrador de terras nas mãos dos latifundiários; mas também, contraditoriamente, pelo crescimento de pequenas propriedades.

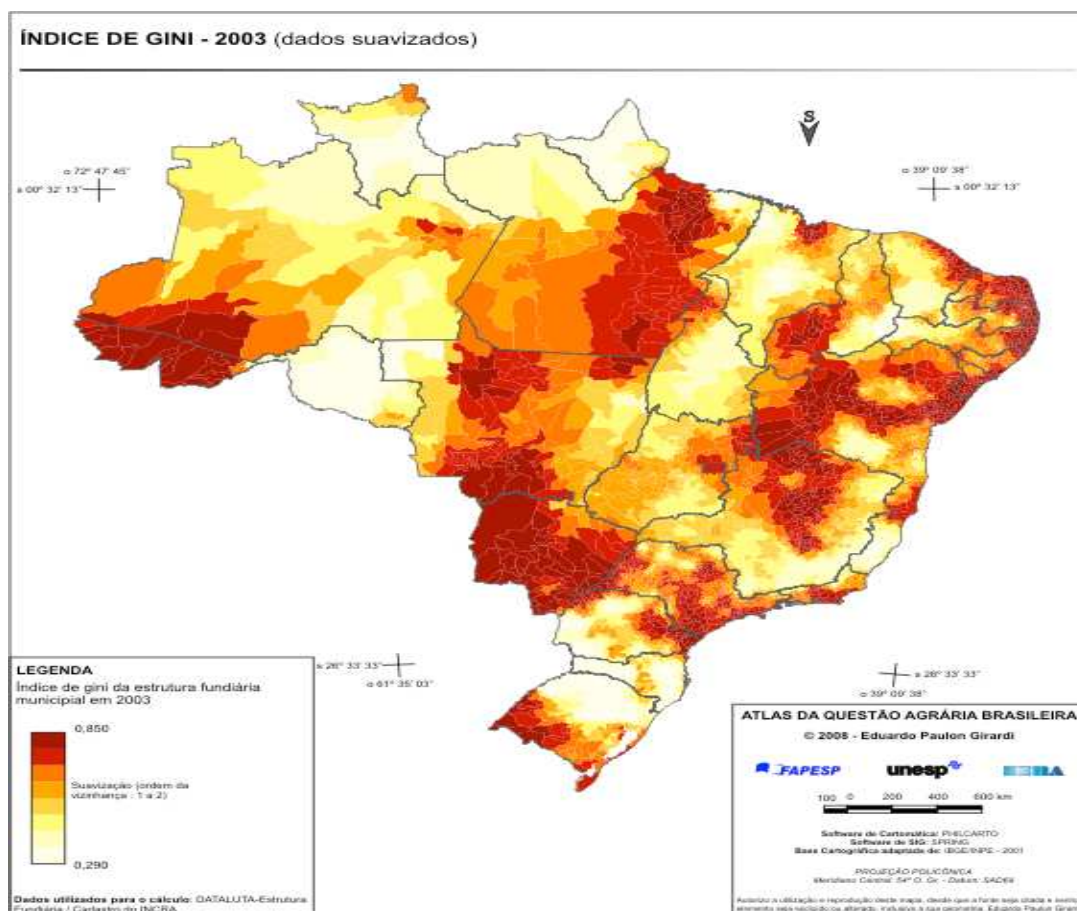
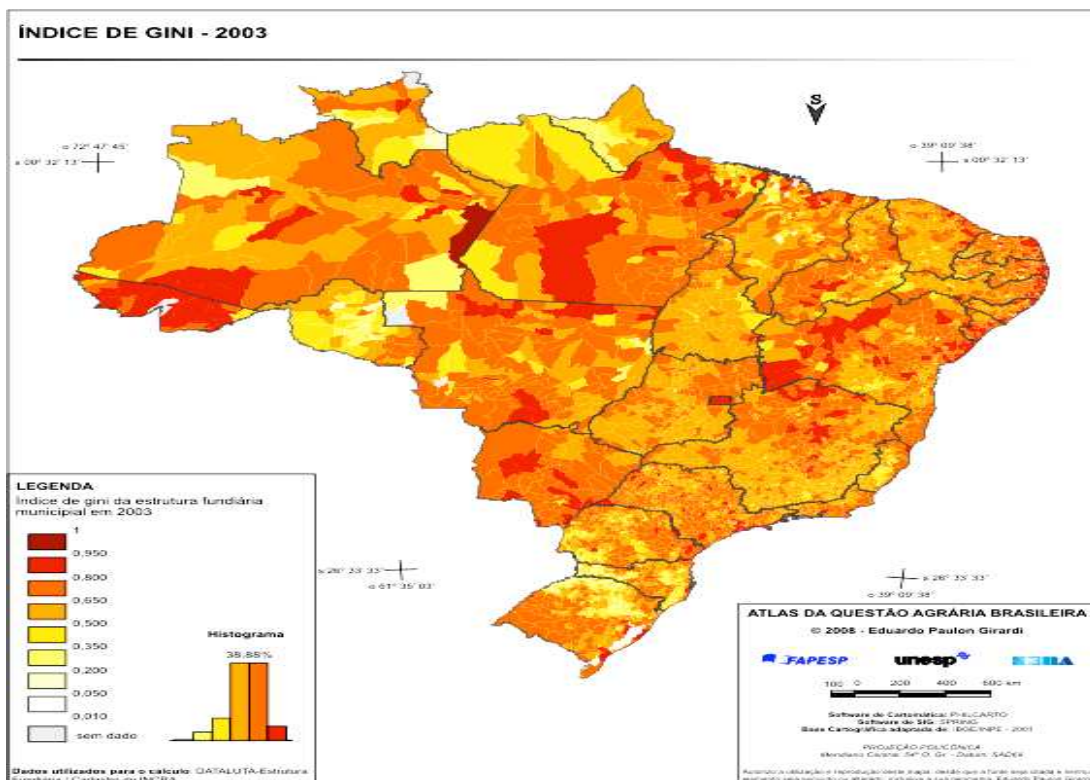
Segundo Oliveira, essa situação contraditória está expressa “no crescimento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha e, simultaneamente, o crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1000 ha entre 1950 e 1995 (...) o número de estabelecimentos com área inferior a 100 ha mostra que eles passaram de 1.629.995 em 1950 para 4.318.861 em 1995 (...) esse crescimento mostra de forma clara o crescimento do campesinato no Brasil, e não o seu 'desaparecimento', como muitos estudiosos afirmam. Uma das características do campesinato brasileiro, já salientou há muito tempo José de Souza Martins, é que ele é um campesinato que quer a terra e luta para entrar nela, e não um campesinato que não quer sair da terra, como na transição europeia do feudalismo para o capitalismo. Trata-se, pois, de um campesinato que não esgotou a sua possibilidade histórica de formação e recriação. (...) Enquanto isso, a área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1000 ha passou de 95 milhões de ha para mais de 159 milhões. (...) O processo histórico que gerou essa concentração fundiária no último século revela que ocorreu, simultaneamente à concentração da terra nas mãos dos latifundiários, um grande crescimento dos estabelecimentos com menos de 100 ha”.

Portanto, podemos concluir que a concentração fundiária é o problema central da questão agrária brasileira e, por essa razão, o empresariado e o campesinato disputam a propriedade de terra como território e a sua concentração ou distribuição indicam o quão grave é a questão agrária. Essa concentração de terras coloca os interesses individuais do empresariado acima dos interesses coletivos do campesinato e ainda, quer para especulação quer para a apropriação da renda gerada pela posse de terras, impede que o campesinato tenha acesso a essas terras.

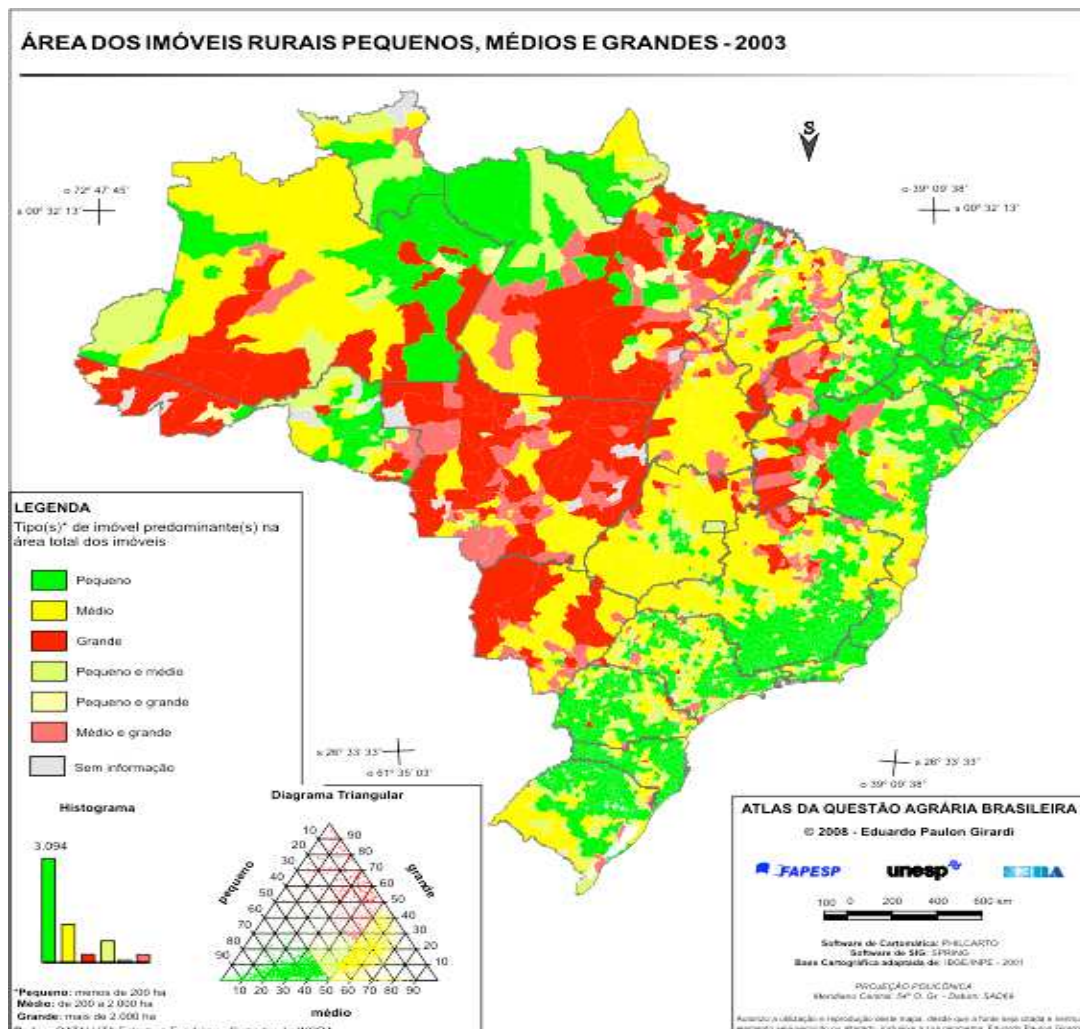
Segundo Hoffmann e Ney, em publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dados do Censo (IBGE) demonstram a grande desigualdade existente na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares. Eles representam somente 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total que se dedica à atividade, à medida que os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares são mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total. Tais dados não deixam dúvida de que a enorme desigualdade fundiária, uma das características do processo histórico de desenvolvimento da economia brasileira, presente desde o período colonial, cuja base eram o latifúndio monocultor e o trabalho escravo, permanece até hoje. Vejam os quadros abaixo que demonstram bem a concentração fundiária no Brasil a partir de uma análise do índice de Gini:



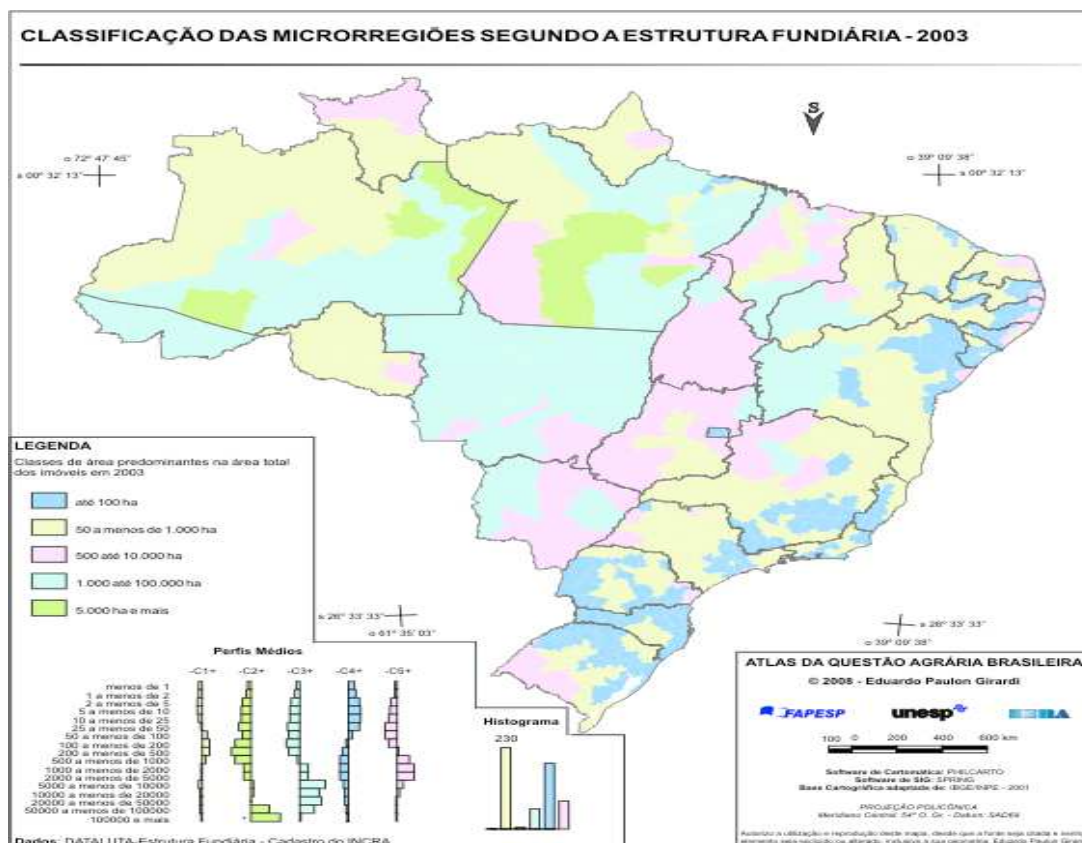
Através desse mapeamento, utilizando o índice de Gini, podemos concluir que os graus de concentração fundiária são predominantemente médios e altos no Brasil. De outra maneira, podemos dizer que a maior parte da área total dos imóveis rurais está concentrada de forma média e alta. Vejam dois outros mapas que levam em consideração a condição dos municípios “vizinhos” e destaca as regiões onde a concentração se dá de modo mais intensificado.



No mapa seguinte os municípios foram classificados segundo a predominância de imóveis pequenos, médios e grandes na distribuição da área total dos imóveis rurais no município.



O próximo mapa, também representativo da estrutura fundiária, foi elaborado a partir da classificação das microrregiões segundo a predominância das classes de área na detenção da área total dos imóveis.



A análise conjunta dos mapas nos permite perceber que a estrutura fundiária possui uma ordem regional bem definida, com a formação de regiões contínuas. Esses mapas destacam bem que, nas regiões no Sul, Sudeste e Nordeste, a área dos menores imóveis é predominante; a região central é onde predomina a área de imóveis intermediários; e a região que compreende parte do Centro-Oeste, Norte e o oeste da região Nordeste é onde as terras encontram-se principalmente sob domínio dos grandes imóveis.

Além disso, mesmo quando nós fazemos um estudo histórico da estrutura fundiária brasileira, podemos perceber que já no início do período colonial a forma de acesso a terra se deu de maneira desigual. Primeiramente com as capitanias hereditárias, depois as sesmarias, que estão na origem dos latifúndios brasileiros. Depois, com a independência do Brasil e o fim da escravidão, os governantes fizeram

por legalizar esses latifúndios, por meio da posse – que se dava mediante compra em dinheiro – praticamente excluindo a maior parcela da população desse processo. Portanto, nosso modelo concentrador é antes de tudo um processo histórico que possui profundas raízes.

Ressalta-se também os investimentos durante o século XX, sobretudo durante as décadas 60-70, para que a produção agrícola fosse modernizada. Os incentivos dados pelo Estado aos grandes produtores foram fundamentais para a aquisição de máquinas que implicariam o processo de modernização da produção. É importante que entendamos esse processo em dois aspectos principais: (i) a mecanização da produção agrícola é um fator de repulsão populacional, já que a mão de obra humana é dispensada e os trabalhadores acabam migrando para as cidades e (ii) os grandes proprietários foram os mais beneficiados por esse processo, passando a produzir mais e a comercializar de maneira mais competitiva no mercado internacional.

A região Sudeste foi a primeira a apresentar diminuição da população rural, o que ocorreu já na década de 1960. Essa região apresentou ainda uma diminuição mais intensa da população rural, perdendo quase cinco milhões de habitantes em sua população rural de 1950 a 2000, o que representa um saldo negativo de quase quarenta por cento. A modernização da agricultura, a urbanização e o processo de industrialização são fatores que explicam esta dinâmica populacional na sociedade rural dessa região.

A região Sul, por sua vez, apresentou uma imensa perda de população rural nos anos setenta, causada também por causados mesmos fatores apontados na região Sudeste. Segundo Girardi, em

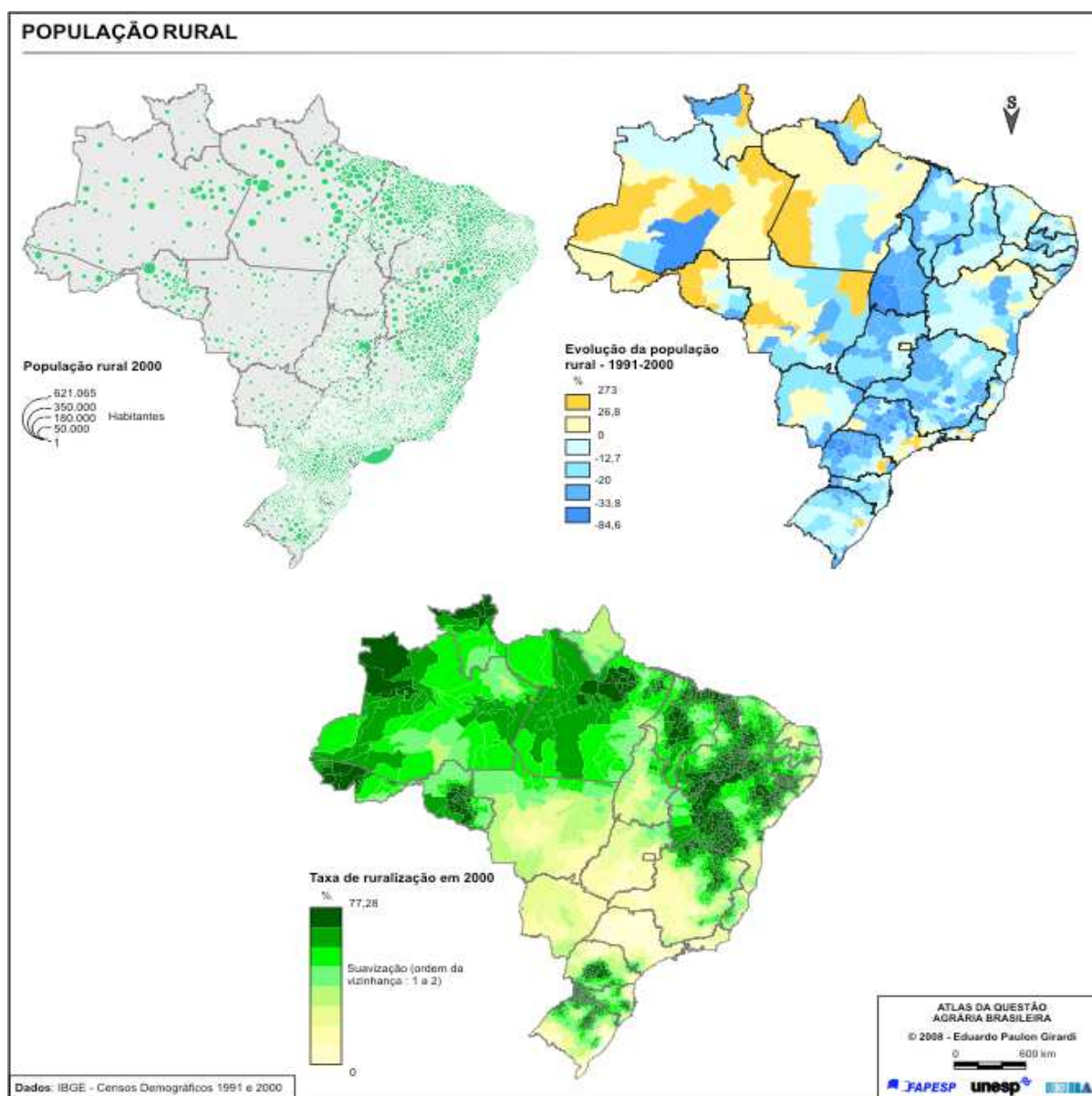
2000 a população rural da região Sul era de quase 750.000 habitantes a menos do que em 1950, ou seja, um saldo negativo de quase 13%.

Contudo, nas demais regiões o decréscimo da população rural não foi tão rápida e intensa, por causa dos fluxos migratórios no campo ou pela menor intensidade do êxodo rural, reflexo da industrialização e da modernização da agricultura menos intensas, conforme Girardi.

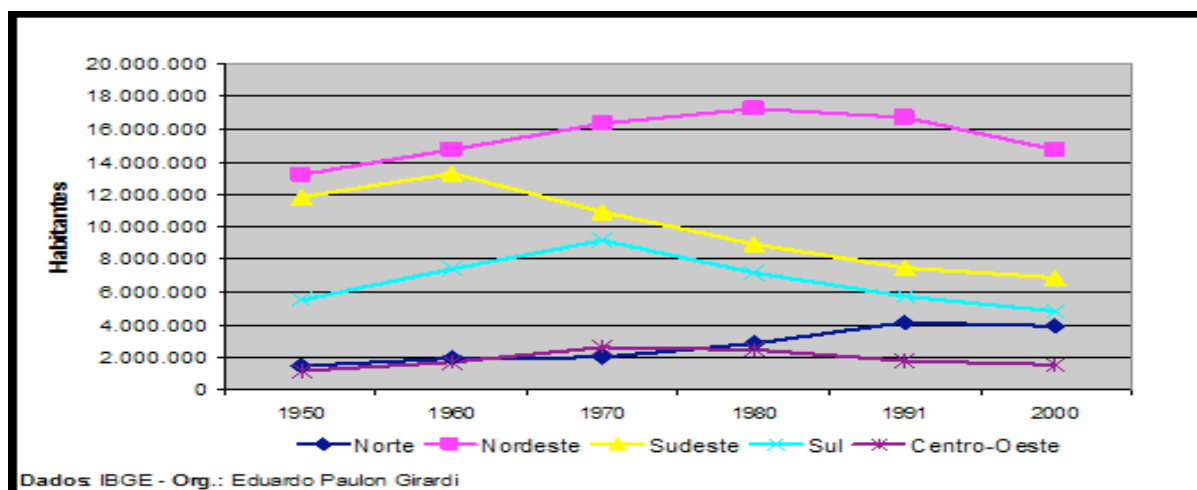
O Nordeste apresentou diminuição da população rural no período 1980-1991, sendo que em 2000 a população rural era 11,6% maior do que em 1950.

Já o Centro-Oeste, embora seja uma região de recebimento de migrantes, apresentou uma diminuição em sua população rural na década de 1970. Essa região foi fortemente impactada pela modernização do campo. A região Norte foi a única que apresentou crescimento da população rural, mostrando constância na evolução entre 1991 e 2000.

**Mapeamento da população
rural**



Evolução população rural regional (1950-2000)



Segundo Girardi “o diferencial territorial do mapa da população rural em 2000 mostra que a distribuição da população rural é mais homogênea do que a da população urbana. A população rural está concentrada em uma extensa faixa que acompanha o desenho da costa. O mapa de evolução da população rural mostra a intensa perda populacional do campo no período 1991-2000, o que segue a tendência das últimas décadas. A comparação dos mapas de taxa de ruralização e da evolução da população rural apontam regiões com alta taxa de ruralização que apresentam intensa perda de população rural, como a região de colonização camponesa europeia na região Sul, o sul de Rondônia, o norte de Minas Gerais, Maranhão, Piauí e todo o Nordeste, com diferentes intensidades de perda de população rural. Por outro lado, regiões com baixo grau de ruralização continuam apresentando taxas importantes de perda de população rural, em especial no estado de São Paulo e em grandes áreas do Centro-Oeste”.

As mudanças pelas quais a sociedade rural brasileira vem passando tem implicado um aumento considerável de movimentos sociais rurais que lutam pela terra ou por condições de trabalho mais dignas.

Nas décadas de 50 e 60 o Movimento das Ligas Camponesas foi o principal movimento nesse sentido. Essas Ligas logo foram se espalhando pelo país, principalmente pelo Nordeste, se configurando como uma forte organização rural de luta pela reforma agrária. Nesse momento, João Goulart tentou criar condições para que essa reforma fosse implementada, contudo com o golpe militar essas condições foram logo desfeitas. Os governos militares, na verdade, tinham uma estratégia que colidia com os interesses dos movimentos rurais. Apesar disso, conforme destaca Oliveira, “as transformações provocadas em diversas regiões do país criaram novas condições e novas formas de luta”.

Durante a década de 80, surgiu outro movimento social rural de extrema relevância: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento tem como estratégia de pressão as ocupações e acampamentos visando à implementação da Reforma Agrária no país. O MST é um movimento nacional com maior parte de sua base no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul; tal movimento também é atualmente o mais combativo e organizado do Brasil.

Com a pressão realizada por esses e outros movimentos sociais, além do aumento da violência relacionada à disputa de terras, a questão da reforma agrária acabou voltando a ser inserida no debate das políticas sociais do país, entretanto, sem chegar a ser realizada de fato.

3. A dinâmica das fronteiras agrícolas e sua expansão para o Centro-Oeste e para a Amazônia

A ocupação do território brasileiro, ao longo da história, esteve ligada ao estabelecimento da população por meio das atividades produtivas que pudessem, ao mesmo tempo, servir aos habitantes locais e a mercados consumidores das demais regiões brasileiras. A exploração de atividades agropecuárias desde a colonização foi feita principalmente visando a atender as demandas dos mercados externos, caracterizando, assim, uma lógica produtiva que beneficia o mercado internacional em detrimento do nacional.

O desenvolvimento das regiões brasileiras, de uma forma geral, atrelou-se a essa característica, resultando na exploração de diferentes áreas em épocas distintas na busca por satisfazer as demandas do consumo. Dessa forma, as regiões Norte e Centro Oeste, embora já apresentassem registros anteriores de atividades exploratórias, só passaram a ser realmente introduzidas na questão econômica nacional quando se passou a ser observada a necessidade de uma maior expansão agrícola para consumo dos mercados externos.

O Centro Oeste passou a ser ocupado mais claramente ao fim do século XVII, quando os exploradores paulistas descobriram o ouro na região. Mesmo tendo ocorrido um fluxo migratório considerável para a região, não houve um grande crescimento se comparado às outras regiões do país, visto que a produção mineradora da região nunca se equiparou à de Minas Gerais, por exemplo. O esgotamento das jazidas, por volta de um século depois, estabeleceu um período de estagnação demográfica e econômica, resultando, inclusive, no abandono da região por alguns bandeirantes que lá haviam se instalado.

A ocupação mais evidente na região só se iniciou durante o período Vargas – e não JK como muitos acreditam -, seguindo um plano político-econômico chamado de “Marcha para o Oeste”, que consistia em um conjunto de ações governamentais, que previam, entre outras políticas públicas, a implementação de colônias agrícolas, construção de novas estradas, de equipamentos de saúde e de educação. Essa política nacionalista visava à expansão do território, por meio da exploração de regiões praticamente inabitadas, e à ampliação da produção agrícola para abastecimento dos mercados nacional e internacional, pelo avanço das unidades produtoras em direção às regiões do cerrado e do Pantanal.

A agricultura nesse período do Centro Oeste se iniciou basicamente em pequenas propriedades cujos limites foram definidos por empresas colonizadoras brasileiras e estrangeiras em parceria com o Estado. O resultado obtido foi um incremento considerável da população, principalmente pela atração de migrantes de outras regiões do país. A produção dessas pequenas propriedades, de gêneros alimentícios principalmente, e de trabalho familiar, ainda não representava a total inserção econômica do Centro Oeste no panorama nacional.

O aumento dos índices demográficos e econômicos se deu a partir da década de 1950, quando a construção de Brasília foi inserida nos planos de expansão à oeste, sendo proposto pelo governo federal, o que fora responsável pela atração de grandes investimentos e pela realização de diversas obras de infraestrutura, como redes de energia e telecomunicações, e, especialmente, melhorias no sistema rodoviário. Percebam que no governo Vargas o governo já intentava a expansão rumo ao Centro-Oeste, mas é no período JK, com a

construção de Brasília, que há de fato um real incremento dos índices demográficos na região.

Os investimentos trouxeram o aumento do fluxo migratório, já que Brasília e a expansão agrícola da região, que era facilitada pelo escoamento da produção em direção aos principais mercados consumidores localizados principalmente nas regiões Sul e Sudeste, significavam aumento das possibilidades de emprego e novas perspectivas – sobretudo para os nortistas e nordestinos.

Segundo Oliveira a partir dos anos 1960, as políticas de integração e desenvolvimento regional passaram por consideráveis modificações, tendo sido adotada uma nova orientação de desenvolvimento, por meio de políticas para o desenvolvimento regional que buscavam o aproveitamento dos cerrados e a abertura de novas terras para a exploração agropecuária. Dentro dessa perspectiva, a região Centro-Oeste tornou-se estratégica para a agricultura brasileira, tanto pela sua posição geográfica quanto pelas suas características físico-ambientais, que propiciavam a expansão da produção agrícola nos padrões da nova agricultura moderna. Não nos esqueçamos de que ainda hoje essa região possui uma gigantesca área ainda não cultivada.

Ao fim dos anos 60 uma nova fase na região Centro-Oeste foi inaugurada, caracterizando-se por uma dinâmica imigratório menos intensa, porém mais qualificada, sendo composta por paulistas, paranaenses e gaúchos, principalmente, em geral com alguma experiência na atividade agrícola. Dessa maneira, a região Centro-Oeste, a partir da década de 1970, ganhou novas funções na economia brasileira, o que impulsionou o seu desenvolvimento e consequentemente sua importância para o país.

Já durante o governo militar, nas décadas de 1960 e 1970, diversos programas de caráter nacional e regional que impactaram a região Centro-Oeste foram inaugurados. Tal período é importante para que possamos entender a atual situação atual da região, tendo em vista que esse é exatamente o momento no qual há maior intervenção do governo federal, que por meio de políticas e programas para o Centro-Oeste, resultaram mudanças importantes em sua estrutura produtiva.

Mato Grosso e Goiás foram dois núcleos do progresso sócio-econômico regional desde a época da colônia, o que pode ser observado com o fortalecimento e expansão do mercado interno. Assim, na região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal desmembraram-se devido à dinâmica econômica, política e social que se deu nesses dois estados.

No início da década de 1970, as políticas governamentais passaram a estimular também o aproveitamento da Amazônia na esperança de que essa região pudesse se tornar um importante pólo agrícola. Como isso não ocorreu, a princípio, o interesse governamental voltou-se novamente para a região Centro-Oeste, mais bem situados em relação aos crescentes mercados do Centro-Sul, marcando, assim, o início do desenvolvimento agrícola na região Centro-Oeste, apoiado por programas governamentais.

A região passou a responder por 40% da produção nacional de grãos já durante a década de 1980. Ao fim desse período, as primeiras agroindústrias na região que tinham como principal objetivo o aumento da competitividade foram instaladas na região. O potencial de produção da região era considerado enorme, principalmente por causa

das suas condições climáticas favoráveis, atrativos para o capital agroindustrial, o que consolidaria um processo de integração de cadeias produtivas, mais especificamente, as cadeias grãos-farelos-óleos e grãos-rações-carnes.

O Centro-Oeste aumentou sua área colhida de grãos em 10% e sua produção de grãos em 50% na década de 90 em comparação com a década de 80. Grande parte deste dinamismo se deve à soja. A área colhida de soja no Centro-Oeste aumentou de uma média de 36% nos anos 80 para 54% nos anos 90, substituindo em larga escala o arroz.

A partir das mudanças expostas, ocorridas principalmente nas décadas de 1970/80, quando se verificou a importância do Centro Oeste no cenário produtor nacional, estabeleceu-se um novo modelo de produção de agropecuária regional, consistindo na exploração empresarial das áreas destinadas ao cultivo e à criação de animais, voltando a produção principalmente para o mercado estrangeiro.

Importa ressaltar que, na lógica dos proprietários, o único modelo viável para a produção empresarial de grandes quantidades de insumos que abastecessem os mercados consumidores (interno e externo) foi e é o latifúndio, excluindo os pequenos e médios produtores da parte mais rentável do processo. Podemos dizer, portanto, que houve o aumento do tamanho das propriedades características da região. A caracterização espacial observada atualmente se deu tanto pela compra de terras “sem uso” quanto pela anexação das pequenas propriedades existentes pelas grandes empresas produtoras. As crescentes demandas nacionais e internacionais foram as responsáveis por firmar o modelo de produção industrial dos produtos agrícolas e de pecuária. Devido a isso, além da intensa mecanização, o modelo produtivo da região Centro Oeste é

caracterizado pela expansão cada vez maior da fronteira agrícola, em busca de novos espaços para plantio e criação de animais, privilegiando as grandes propriedades.

Já na Amazônia, o governo brasileiro, durante a década de 1970, deu prioridade à ocupação da região Amazônica por meio de políticas públicas que facilitaram tal ocupação, aumentando a infraestrutura da região, usando-se bastante do assentamento de colonos em áreas florestais, o que causou contínuo aumento da área desmatada. Assim, pode-se dizer que os governos militares incentivaram um intenso fluxo migratório para a Amazônia, objetivando a colonização da região, aproveitando as imensas terras, alocando pequenos produtores nelas.

A pavimentação e a construção de estradas consistem dados fundamentais no principal determinante dos padrões de desmatamento da bacia Amazônica que iriam seguir. Segundo Margulis (2003), 75% dos desmatamentos na Amazônia ficam localizados a menos de 25 km de alguma rodovia municipal, estadual ou federal, região conhecida como “arco do desmatamento”.

Nos últimos anos, o monocultivo da soja tem sido apontado como o principal responsável pelo avanço da fronteira agrícola na Amazônia, apresentando um expressivo aumento em sua área de produção. Isso, porque, a rápida expansão da soja, no país, foi consequência de do apoio do governo brasileiro ao seu desenvolvimento, além do aumento da demandas internacional e nacional.

Na região Amazônica, esse tipo de atividade cresceu aos poucos, ganhando espaço paulatinamente, dada a existência de condições favoráveis à expansão da lavoura, que se aproveitou de áreas de

transição cerrado-floresta ou mesmo de terras desmatadas ou degradadas que existiam na região.

Segundo Kuster e Marti, o aumento na exportação de soja e de carne bovina pelo Brasil foi um dos principais motivos para o início de um ciclo de exploração indiscriminada de solos no Brasil, cuja consequência foi o aumento no desmatamento da Amazônia para plantios de pastagens e de soja. Margulis (2003), porém, diz que a pecuária é a principal atividade na região como fonte dos desmatamentos, devido ao contínuo processo de sua expansão desde os anos 1970. Segundo o autor, o alto custo do desmatamento e a correção necessária para o solo tornariam as áreas florestais inadequadas para as atividades agrícolas. Em vez de despender recursos para a fertilização corretiva do solo amazônico, o qual apresenta poucos nutrientes, os produtores adotam a queimada, por haver aumento de alguns nutrientes logo após esse processo.

A expansão da cultura da soja no Brasil nas duas últimas décadas alcançou grandes proporções trazendo importantes mudanças para o modelo de ocupação do espaço territorial e para o desenvolvimento da economia nacional. O Brasil tem aumentado sua produção acompanhando a tendência mundial de crescimento da demanda e da oferta de soja. Esse aumento da produção brasileira estaria, por um lado, relacionado à demanda internacional e de outro, à própria demanda interna advinda, principalmente do setor agroindustrial, no que se refere ao suprimento das necessidades dos setores de carnes (suínos e aves), leite e óleo comestível.

A produção de soja tem, nos últimos 20 anos, avançado em todas as regiões do país. Expandindo-se em princípio pelas regiões Sul

e Sudeste, alcançou um crescimento vigoroso no Centro-Oeste e vem se expandindo pelos cerrados nordestinos e amazônicos recentemente.

Na região Nordeste e na Amazônia brasileira, a soja tem se expandido rapidamente como resultado da combinação de preços, de subsídios governamentais indiretos, especialmente no que se refere a investimentos em infra-estrutura de transporte e do papel da P&D, responsável pelo desenvolvimento de novas variedades de cultivares de soja, adaptadas às condições regionais.

Tradicionalmente, a ocupação da Amazônia tem conduzido a um aumento do desmatamento nessa região. Embora não se possa atribuir a um único fator as causas do desmatamento, por ser este, um fenômeno de natureza bastante complexa, três principais formas de desmatamento podem ser elencadas para a Amazônia: a conversão da floresta para pastagem; o corte e a queima da floresta para culturas anuais e a implementação de cultivos de grãos. Na Amazônia, a principal causa do desflorestamento é a pecuária extensiva de baixa produtividade, seguida pelo cultivo de grãos, impulsionada pela demanda do mercado externo e pelos investimentos em infra-estrutura de transporte.

Considerada como sinônimo de 'progresso e desenvolvimento', a soja liderou o processo de incorporação de extensas áreas do cerrado central brasileiro e alcançou no final da última década as áreas de transição cerrado-floresta, cerrados e campos naturais da Amazônia Legal. Em maior ou menor grau todos os estados amazônicos introduziram o cultivo da soja, seja em caráter experimental incentivados por programas governamentais federais, estaduais ou municipais.

Apresentando grande diversidade natural, social, econômica, tecnológica e cultural, a Amazônia Legal constitui uma região em crescente processo de diferenciação que contraria, em muito, a imagem difundida pelo mundo de um espaço homogêneo caracterizado pela presença de uma cobertura florestal que o identifica tanto interna quanto externamente.

Na atualidade, esse espaço regional consolida sua participação no processo geral de transformação territorial do Brasil e, especificamente, naquele afeto às mudanças ocorridas no uso da terra, no qual a expansão/intensificação da agropecuária acaba determinando, em grande parte, a dinâmica econômica e demográfica desta imensa região, esta última revelada, no Mapa, pelos indicadores de densidade demográfica.

Assim, ao invés de reproduzir, como nas antigas áreas de incorporação agrícola, estruturas produtivas preexistentes, a expansão recente da fronteira agropecuária na Amazônia constitui, antes de mais nada, uma fronteira tecnológica na qual a inovação científica é o elemento central de explicação do novo perfil produtivo do agro regional.

Associada ao processo de expansão da fronteira agrícola, a distribuição espacial das áreas desmatadas, assim como dos focos de calor, reflete, diretamente, o crescimento de atividades intrinsecamente articuladas a esse processo, tais como a extração de madeira e a abertura de pastagem, que compõem, juntamente com a expansão do cultivo de grãos, um mosaico de usos diferenciados do espaço amazônico que vêm alterando, de forma radical, a dinâmica tradicional de ocupação da Amazônia brasileira.

Com efeito, a entrada da agricultura capitalizada na Amazônia constitui uma novidade histórica no uso da terra de uma região cuja economia girava em torno da atividade extrativa mineral e do extrativismo vegetal, principalmente, da borracha, cuja sobrevivência, na atualidade, depende, em grande parte, do empenho das populações locais em preservar suas formas coletivas de apropriação e uso dos recursos naturais, contando para isso com forte apoio internacional.

Acumulam-se, assim, evidências sinalizadoras de importantes mudanças na estrutura e desempenho do setor agropecuário nessa região muitas das quais associadas à introdução de novas tecnologias, métodos e culturas no campo, cujos efeitos afetam o ambiente natural - via desmatamento, erosão e poluição hídrica, entre outros - assim como recaem sobre a geração de renda, emprego e condições de vida geral de sua população.

Finalmente, dentre os elementos centrais que acompanham e induzem o movimento de transformação nessa região, a expansão da rede viária conjugada à da rede de cidades e vilas constituem, seguramente, a face mais visível das transformações operadas no território amazônico.

Com efeito, a criação de novos povoados, vilas e cidades, isto é, a distribuição das sedes urbanas constituem fator preponderante na dinâmica de expansão da fronteira agropecuária nessa imensa região cuja vida econômica era pautada, até há bem pouco tempo, pelo ritmo e acessibilidade ditados pelo traçado dos rios.

4. Brasil e a questão cultural

Primeiramente, gostaria de destacar que a ideia de cultura deve ser entendida não como um aspecto da vida das pessoas consideradas detentoras de maior conhecimento, mas sim como um aspecto da vida social cujas origens se dão historicamente por meio do intercâmbio entre os indivíduos e entre os mais diversos grupos sociais. Não há que se falar em uma cultura superior a outra, na realidade, não há um critério de valoração quantitativa das culturas, muito menos uma hierarquização. Embora muito sejam os conceitos de culturas, basicamente podemos defini-la como um aspecto da vida social que é própria dos grupos sociais. Outro ponto importante é que podemos dividir as culturas dentro de um país em várias, por exemplo, temos a cultura de uma determinada tribo indígena, de um determinado grupo quilombola, de determinado grupo marginalizado em uma favela carioca e assim por diante. Vejamos agora alguns conceitos de cultura:

Para Taylor, cultura é “é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Para Oliveira, “a cultura não é uma herança genética, mas o resultado da inserção do ser humano em determinados contextos sociais. É a adaptação da pessoa aos diferentes ambientes pelos quais passa e vive. Através da cultura o ser humano é capaz de vencer obstáculos, superar situações complicadas e modificar o seu habitat, embora tal modificação nem sempre seja a mais favorável para a humanidade, como podemos perceber atualmente. Desse modo a cultura pode ser definida como algo adquirido, aprendido e também acumulativo, resultante da experiência de várias gerações. Porém,

enquanto aprendiz o ser humano pode sempre criar, inventar, mudar. Ele não é um simples receptor, mas também um criador de cultura. Por isso a cultura está sempre em processo de mudança”.

Para Malinowski, é “o sistema funcional para dar conta das necessidades básicas dos seres humanos” e, para Geertz, é “o conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento humano”.

Agora que vocês já tem uma ideia mais sólida do que vem a ser cultura, iremos partir para o entendimento da formação cultural brasileira, utilizando o conceito de dois grandes autores.

Para começar nossa conversa gostaria de recorrer ao mestre Sérgio Buarque de Holanda. A principal obra desse autor chama-se *Raízes do Brasil*, livro no qual o autor faz um estudo sobre a formação da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da cultura brasileira. Segundo ele, a caracterização da sociedade e da cultura no Brasil contemporâneo está diretamente ligada à formação histórica da sociedade brasileira, ou seja, está ligada à colonização e à herança cultural, política e institucional nos deixada por Portugal. Dessa maneira, o tradicionalismo da política brasileira (e da sociedade brasileira) vem de seu passado português. É como se houvesse uma ligação entre o Brasil de hoje com o período colonial, pois foi nesse período que se fincaram as bases do que vivemos modernamente.

Conforme Buarque de Holanda, a modernização da sociedade brasileira encontra-se impedida por causa da herança dessa tradição portuguesa e por causa da absorção da cultura das instituições portuguesas, dotadas de uma historicidade e de cultura próprias, pelas nossas instituições. Essa herança e essa absorção trazem uma

incompatibilidade com o ideal de desenvolvimento democrático e moderno, evidenciando uma incapacidade de mudança da sociedade para as necessidades existentes atualmente. Foi através desse entendimento que ele formulou os principais conceitos de sua obra.

Vamos ver agora esses conceitos.

O primeiro conceito que Buarque de Holanda aponta na formação da sociedade brasileira é o da cultura à personalidade que caracterizava a sociedade portuguesa no período de colonização. Essa cultura à personalidade advém da característica da sociedade portuguesa daquele momento de valorizar mais o status do que o mérito. Assim, tínhamos naquele Portugal colonizador uma sociedade nada meritocrática, mas sim uma sociedade que valoriza as posições sociais ocupadas; posições essas que em regra eram ocupadas por razões econômicas ou hereditárias.

Segundo nosso autor em questão, esse conceito se relaciona com outra característica daquela sociedade portuguesa: a repulsa ao trabalho. Vejam o que ele diz: “A carência dessa moral do trabalho se ajusta bem a uma reduzida capacidade de organização social. Efetivamente o esforço humilde, anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses e, como tal, estimula a organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles”. Dessa forma, os laços sociais encontravam-se afrouxados, o que implicou uma sociedade portuguesa em nada coesa, valorizando ainda mais um indivíduo autônomo em relação a um indivíduo integrado.

O segundo conceito que Buarque de Holanda aponta na formação da sociedade brasileira é o da ética da aventura. Para o autor, teria sido essa “ética” que impulsionou Portugal a explorar terras no novo

mundo. Dessa maneira, a colonização do Brasil se deveu a essa característica aventureira de Portugal, que navegava sem sinais de planejamento ou de estabilidade, mas adaptava-se e movia-se com facilidade pelas terras do Novo Mundo.

Esse modelo português foi tipificado por Buarque de Holanda em um par antagônico: o trabalhador e o aventureiro. Esse ser aventureiro português é colocado pelo autor como um “semeador” que se instala nos litorais brasileiros e forma cidades sem que haja uma racionalização do espaço. Assim, as cidades brasileiras vão sendo construídas de forma aleatória, sem preocupação com uma urbanização planejada.

O português colonizador então construía cidades irregulares e sem planejamento, fato que se deu, segundo o autor, pelo desejo de fazer fortuna rápida, dispensando assim o trabalho regular. Essa situação irá corroborar relações sociais de caráter clientelista, patriarcalista e paternalista que influenciariam a formação social brasileira e a formação da dinâmica urbana.

O terceiro conceito que Buarque de Holanda aponta na formação da sociedade brasileira é o ruralismo. E é aqui que aparecerá a família patriarcal com forte presença da figura masculina centralizando as relações familiares. Era o homem, o pai, que, senhor da casa, ditava as ordens à mulher, aos empregados e aos escravos. Interessante notar que, segundo o autor, mesmo os intelectuais da época, que eram em regra filhos de fazendeiros, estavam relacionados a esse modelo familiar e, assim, suas ideias eram sinal de status e não feitas para serem colocadas em prática.

Dessa maneira, através dessa noção de herança cultural portuguesa, o autor formula um quarto conceito: o de homem cordial. Buarque de Holanda relaciona esse conceito de homem cordial ao tradicionalismo brasileiro. De forma que, segundo o autor, há um informalismo das relações sociais e uma confusão entre as esferas da vida pública e privada na vida na sociedade portuguesa. Um destaque aqui se faz importante, pois para o autor, o Brasil ao herdar essa cordialidade ibérica, terá suas relações públicas e políticas marcadas pela afetividade e pelo personalismo. Importa ressaltar que essa cordialidade não se confunde com bondade, pois cordialidade significa dizer que as relações são baseadas no afeto e nas emoções e não na racionalidade.

Para Sérgio Buarque de Holanda, esses quatros conceitos resultam em um tradicionalismo, em um conservadorismo, que impedem a modernização das relações sociais, culturais e institucionais brasileiras.

Outro autor de extrema importância para que entendamos a cultura brasileira é Gilberto Freyre. Na obra dele destacam-se dois títulos: Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos. Vamos conversar um pouco sobre as concepções desse autor acerca das características da sociedade brasileira.

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar aqui é que Freyre ao pensar a formação de nossa sociedade destaca que a escravidão praticada por Portugal em terras brasileiras é uma escravidão não violenta. E por que ele diz isso? Porque, ainda que tenha havido a violência física, houve uma grande aproximação entre as culturas africanas dos escravos e a cultura portuguesa. Essa aproximação, segundo Freyre, irá dar um fruto: o sincretismo da cultura brasileira.

Gilberto Freyre destaca três elementos formadores da sociedade brasileira: o português, o índio e o negro. É no português que está contida a plasticidade, que talvez seja a característica mais importante da formação social e cultural do Brasil na obra de Freyre. Essa característica nada mais significa do que dizer que o português em nada era radical, ou seja, era caracterizado pela falta de ideais rígidos ou absolutos. Com isso e também pela cultura cristã, o português aproximou-se de negros e de índios, absorvendo parte dessas culturas.

Freyre irá destacar que a escravidão no Brasil é singular, pois, foi caracterizada por um antagonismo existente na relação senhor/escravo, já que ao mesmo tempo era uma relação de dominação e de proximidade. Vejam que para Freyre a escravidão teria sido, no Brasil, uma instituição total e a semente da formação social brasileira.

Gostaria de ressaltar mais um ponto da obra desse autor. Para Freyre, com a passagem do patriarcalismo rural para o urbanismo, com o desenvolvimento do mercado e das cidades brasileiras, ocorre uma mudança nas relações sociais. Acontece que nas cidades havia uma valorização da cultura européia em relação a cultura local, com isso ocorre uma quebra dos valores rurais em favor de valores dito universais, que nada mais eram do que valores da burguesia européia.

A questão em Freyre é que essa mudança de valores é superficial, de maneira que não houve de fato uma modernização da sociedade e das instituições brasileiras. Essa tentativa de modernização no Brasil, denominada de “reeuropeização” pelo autor, foi um processo de urbanização da colônia e que, por consequência, transforma as estruturas sociais, econômicas e políticas. Contudo, essa

tentativa de impor valores burgueses e um Estado Liberal foi limitada e, portanto, fracassada. Como resultado deu-se um processo civilizatório excludente e marginalizador. Para Freyre, esse processo de modernização resulta na marginalização de parcelas da população, pois, sendo um processo artificial, as bases do tradicionalismo e do patriarcalismo são mantidas.

Portanto, podemos dizer que a urbanização modifica o patriarcalismo, diminuindo o poder patriarcal, sem que haja de fato uma supressão total desse poder. Na verdade, a modernização da sociedade brasileira assentou-se sobre valores conservadores e tradicionalistas. Nesse processo a elite rural se utilizou do Estado adaptando-se à nova ordem social e econômica, mantendo-se no topo da pirâmide social e evitando que houvesse uma ruptura desse *status quo*.

5. Questões comentadas

1) No Centro-Oeste, a modernização da agricultura e a topografia plana do cerrado favoreceram a distribuição de terras agrícolas.

Como vimos no Brasil a estrutura fundiária é marcada pela concentração de terras. No Centro-Oeste ocorre exatamente isso, principalmente com os grandes latifúndios produtores de soja para o mercado externo. Questão errada.

2) A concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários é um fenômeno recente, tendo se iniciado a partir da chamada Revolução Verde.

A concentração de terras é fruto de um processo histórico, iniciado no período de colonização. Alguns autores, como eu falei, apontam as sesmarias e as capitanias hereditárias como evidências do início desse processo. Questão errada.

Aliás, a idéia de Revolução Verde “refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo”.

Tais inovações iniciaram-se principalmente com os avanços tecnológicos decorrentes do pós-guerra, ainda que a terminologia Revolução Verde só tenha surgido de fato na década de 70. Desde

então, pesquisadores de países industrializados prometiam o aumento da produtividade agrícola e a resolução do problema da fome nos países em desenvolvimento. Porém, esse modelo, na realidade, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários.

3) A partir da década de 60, a valorização dos produtos destinados ao mercado externo favoreceu, devidos aos incentivos fiscais, as grandes propriedades, muitas delas empresas multinacionais.

Durante os anos 60 ocorre uma política de incentivo desses produtos destinados ao mercado externo, em um contexto de aumento da produtividade agrícola e tomada de empréstimos no interior. Questão correta.

4) Paralelamente à industrialização da produção agrícola no campo, tem havido a diminuição dos movimentos sociais rurais, que se encontram sufocados desde a implementação do modelo neoliberal de economia.

Na realidade, paralelamente à industrialização da produção agrícola tem havido o aumento dos movimentos sociais. Esses movimentos, embora marcados negativamente pelo modelo neoliberal, ganharam força ao lutar exatamente contra esse modelo. Questão errada.

5) A partir dos anos 80, surgiram novas organizações sociais defensoras da Reforma Agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, esse

movimento perdeu parte de sua finalidade durante o governo Lula, quando ocorreu a implementação da Reforma Agrária no Brasil.

O MST não perdeu parte de sua finalidade, já que no governo Lula, ou em qualquer outro, não houve uma Reforma Agrária de fato. Questão errada.

6) Os problemas ligados à estrutura fundiária brasileira, evidenciam a necessidade de mudanças e reformas no campo, visando corrigir distorções ligadas à concentração, à situação de posseiros e à produção de gêneros ligados à exportação.

Bem tranquilo. Realmente esses são problemas apontados na estrutura fundiária brasileira. Questão correta.

7) O avanço do capital sobre a agricultura brasileira introduziu o trabalho assalariado e eliminou o trabalho familiar.

Outra questão tranquila. O avanço do capital de fato introduziu o trabalho assalariado, contudo não eliminou o trabalho familiar. Questão errada.

8) A modernização da agricultura, com a introdução de novas técnicas que aumentam a produtividade, é um dos fatores que implicaram a diminuição dos níveis de concentração de terras no Brasil.

Na verdade, é o inverso. A modernização da agricultura é um dos fatores que implica o aumento dos níveis de concentração de terras. Questão errada.

9) Um dos grandes problemas da estrutura fundiária brasileira é a concentração da propriedade cujas origens remontam ao modelo de colonização aqui aplicado.

Agora sim! A concentração de terras é um processo histórico que remonta à colonização. Questão correta.

10) (CESPE - ABIN - 2008) A distribuição espacial da indústria no Brasil tem passado por transformações em decorrência da evolução das infra-estruturas de transporte e comunicação. Acerca dessa dinâmica instaurada, julgue os próximos itens.

O Estado contribuiu para o processo em curso de descentralização da produção industrial no território brasileiro por meio de políticas de desenvolvimento regional, como, por exemplo, disponibilizando energia.

Realmente o governo brasileiro tem contribuído para a descentralização industrial, estimulando o desenvolvimento regional, por meio de programas como PAC que disponibiliza recursos para investimentos em energia, estradas, etc. Apesar das críticas que tais programas podem sofrer, é um processo em continuidade. Questão correta.

11) (CESPE – ABIN - 2008) Como consequência do processo de descentralização, os desequilíbrios relativos à concentração de renda, em nível regional, cederam lugar à integração territorial, que eliminou as disparidades.

Na boa, não precisa nem pensar muito. As disparidades foram eliminadas? Claro que não. Questão errada.

12) (CESPE – ABIN - 2008) Em conformidade com a descentralização industrial, observa-se a ampliação dos mercados por meio do rompimento com as estruturas agroexportadoras existentes no passado.

Durante a aula inteira eu falei sobre a sujeição da agricultura brasileira ao mercado internacional. Não houve rompimento com as estruturas agroexportadoras. Questão errada.

(CESPE – ABIN - 2008) Perduram imagens obsoletas sobre a região amazônica, verdadeiros mitos. Não apenas os mitos tradicionais da terra exótica e dos espaços vazios, mas também mitos recentes que obscurecem a realidade regional e dificultam a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Nas últimas décadas do século XX, mudanças bem mais drásticas ocorreram na região, tanto no que se refere a aspectos políticos e econômicos quanto no que diz respeito a políticas públicas. As populações regionais se organizam e se tornam atores políticos significativos, a cooperação internacional financeira e tecnocientífica assume influência crescente, e o terceiro setor emerge como mediador de interesses diversos, reduzindo o papel do Estado. (B. K. Becker. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: M. Coy e Kohlhepp (Coords.). Amazônia sustentável. Garamond, 2005, p. 23-4 (com adaptações).)

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os próximos itens, acerca das transformações político-econômicas que têm ocorrido na região amazônica.

13) A forma de ocupação da Amazônia mudou, e a valorização de seus produtos extrativos no mercado internacional, que persiste na atualidade, determina a ocorrência de novos ciclos econômicos.

Durante a Segunda Guerra vimos que houve um intenso ciclo econômico. Acontece que posteriormente a esse período não houve um ciclo econômico tão intenso, visto que os produtos extraídos da Amazônia não foram tão valorizados no mercado internacional. Questão errada.

14) A implementação de novas políticas regionais trouxe como consequência para a Amazônia a desarticulação dessa região da dinâmica socioeconômica no Brasil, prevalecendo, então, os interesses locais, isto é, da própria região.

Na verdade, os governos brasileiros tentaram implementar políticas públicas regionais que justamente integrassem a Amazônia às demais regiões. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) tem exatamente esse objetivo, desenvolvendo e integrando a região ao restante do país. Questão errada.

15) O aproveitamento da vastidão das terras da região amazônica por meio da alocação de pequenos produtores rurais, na segunda metade do século XX, desencadeou intenso fluxo migratório para a região.

Conforme vimos na parte teórica, durante a segunda metade do século XX houve grande fluxo migratório para região incentivado pelos governos militares visando à colonização da Amazônia. Questão correta.

16) (CESPE – ABIN - 2008) Na região amazônica, a desconcentração da propriedade da terra, decorrente da ocupação desta por pequenos agricultores, direcionados por programas de assentamento implementados tanto pelo Estado, no caso do Programa Integrado de Colonização, quanto pela iniciativa particular, tornou a estrutura fundiária da Amazônia diferente da de outras regiões do país, em que existem os conflitos agrários.

Pelo amor de Deus, desconcentração da propriedade de terra? Já começou errado. Não confundam desconcentração da propriedade de terra com descentralização da atividade industrial ein! Tanto na Amazônia quanto nas demais regiões do Brasil, há imensos latifúndios e poucos proprietários. Aliás, isso me lembra o poeta João Cabral do Melo Neto que assim escreveu em Morte e Vida Severina:

*“ Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.*

*— é de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio.*

— Não é cova grande.
 é cova medida,
 é a terra que querias
 ver dividida.

— é uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo”.

17) (CESPE – ABIN - 2008)- Na Amazônia, o avanço da fronteira agrícola ocorre por meio da recuperação das áreas degradadas utilizadas para o cultivo de produtos, cuja exportação representa uma forma de inserção do Brasil no mercado internacional.

Na realidade, a Amazônia enfrenta um grave problema, pois, além do desmatamento, o solo amazônico recupera-se com muita dificuldade. Por isso, não podemos afirmar que ocorra a recuperação das áreas degradadas utilizadas para o cultivo de produtos. Questão errada.

18) (CESPE – ABIN - 2008) Embora sejam evidentes os esforços de modernização das atividades no campo, o aumento do volume da produção brasileira decorre do aumento da área de terra cultivada.

O aumento do volume da produção brasileira na agricultura não decorreu do aumento da área cultivada, mas sim de sua modernização. Questão errada.

19) (CESPE – ABIN - 2008) Resultante da maior inserção do país no contexto internacional, a modernização agrícola, com a consequente queda da necessidade de trabalho humano no campo, contribuiu para o processo de urbanização no Brasil.

É sempre complicado estabelecer uma relação de causa e efeito na dinâmica social, mas essa questão foi considerada correta, tendo em vista que a modernização da agricultura levou muitos trabalhadores do campo para a cidade e conseguiu dar conta da demanda dos novos centros urbanos que se formavam. Questão correta.

20) (CESPE – ABIN - 2008) O desenvolvimento agrícola ocorrido no Brasil coloca-o como provedor de bens primários para o mercado mundial, já que o país apresenta incipiente nível de industrialização.

Essa questão tem um detalhe que não podemos deixar de notar. O Brasil, de forma alguma, apresenta industrialização incipiente. De fato, o Brasil é um provedor de bens primários para o mercado mundial, mas o Brasil tem um nível considerável de desenvolvimento industrial (ainda que a industrialização seja recente). Questão errada.

21) (CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário – Área Administrativa - adaptada) As relações e estruturas familiares no Brasil e em várias partes do mundo vêm se transformando a passos rápidos. A respeito desse tema, assinale a opção incorreta.

- a) No Brasil, a taxa de separação e divórcio aumenta gradualmente, embora isso não signifique que os casamentos perderam seu sentido social.**
- b) O ingresso da mulher no mercado de trabalho alterou, de forma geral, práticas familiares tradicionais no Brasil, como a imagem da mulher associada à de dona de casa.**
- c) O decréscimo da quantidade de casamentos no Brasil está associado mais fortemente a fatores culturais do que econômicos.**
- d) Na comparação com o passado remoto, a família brasileira de hoje tende a ser constituída por um número maior de filhos.**

Pessoal, a taxa de fecundidade é cada vez menor e a tendência é de ainda diminuir um pouco mais até que se estabilize. Com a urbanização, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, os maiores níveis de escolaridade, planejamento familiar etc. as famílias brasileiras tendem a possuir um número cada vez menor de filhos. Letra “d”.

22) (CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário – Área Administrativa) Regiões no Brasil como a Amazônia necessitam ainda de melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos em projeto sustentável e soberano de desenvolvimento que beneficie suas populações e o país no seu conjunto.

Certamente. O desenvolvimento sustentável é uma preocupação e um desejo da sociedade civil, de forma que as regiões brasileiras

ainda necessitam de um melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos. Questão certa.

23) (CESPE – IRB -2010) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue os itens a seguir.

O avanço das fronteiras econômicas, como a agropecuária na região Centro-Oeste e a mineral na região Norte, contribuiu para a expansão do sistema de cidades.

O avanço da agropecuária no Centro-Oeste e da mineração no Norte certamente é um fator que contribuiu para a expansão do sistema de cidades, que cada vez mais diminui a separação existente entre a cidade e o campo. Questão certa.

24) (CESPE – IRB -2010) Ainda hoje, verifica-se a polarização exercida pelas metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, por meio da concentração de indústrias e de serviços.

Pessoal, o Brasil seguiu a tendência mundial de desconcentração industrial e outras regiões do país têm vivenciado um aumento de suas atividades industriais. O Nordeste é uma dessas regiões e vem aumentando consideravelmente nos últimos anos sua atividade industrial. Contudo, a questão foi dada como correta, pois ainda hoje existe uma polarização exercida pelas duas metrópoles citadas, já que historicamente a concentração industrial nessas duas regiões se deu

de forma muito acentuada e desproporcional em relação às outras regiões. Questão correta.

25) (CESPE – IRB -2010) Tal como ocorre com países desenvolvidos e altamente industrializados, no espaço urbano brasileiro predominam as atividades do setor terciário, que emprega a maior a parte da população ativa.

De fato a maior parcela da população ativa brasileira está empregada no setor terciário. A dúvida que vocês poderiam ter é se nos países desenvolvidos predominam as atividades do setor terciário. Mas não tenham dúvidas: nos países desenvolvidos a maior parte da população também está empregada nesse setor. Questão correta.

26) (CESPE – IRB -2010) No século XXI, tem-se observado crescente fluxo migratório das cidades médias para as grandes metrópoles nacionais, que ainda se mantêm como os maiores polos de atração populacional do país.

Essa é uma questão que eu considero bastante difícil, porque o século XXI apresenta uma dinâmica distinta daquela do século XX. o fluxo migratório que tem caracterizado o século XXI é das cidades grandes para as médias e pequenas. Isso tem a ver, entre outros elementos, com a saturação do mercado de trabalho nas cidades grandes, busca por qualidade de vida, desconcentração industrial e de postos de empregos. Questão errada.

27) (CESPE – IRB -2010) Na primeira metade do século XX, o espaço rural brasileiro caracterizou-se pelas grandes plantações cafeeiras, a que se seguiu a agricultura familiar com

sua pluriatividade e o processo de modernização da base técnica na agropecuária, que caracterizou o final do século.

O erro da questão está em dizer que as grandes plantações cafeeiras deram lugar à agricultura familiar. Na realidade, a modernização da atividade agrícola só fez aumentar a força dos proprietários de terra bem como a concentração desta. Questão errada.

28) (CESPE – IRB -2010) A pluriatividade, realidade da nova concepção de espaço rural adotada pelo agronegócio, ainda não se incorporou à agricultura familiar, baseada na agricultura de subsistência.

A pluriatividade ocorre quando a população rural passa a exercer atividades propriamente rurais e ao mesmo tempo atividades não rurais. Esse fenômeno tem sido cada vez maior no espaço rural brasileiro. Então a questão está correta, né?! Na verdade não, pois a pluriatividade é uma característica da agricultura familiar, por isso não se pode afirmar que tal atividade não esteja incorporada a tal modelo de agricultura. Questão errada.

29) (CESPE – IRB -2010) Os conflitos pela posse de terra no Brasil ocorrem tanto nas áreas tradicionais de produção agropecuária como nas novas áreas de expansão agrícola, a exemplo da região Centro-Oeste.

O conflito pela posse de terra é uma marca da agricultura brasileira, pois as terras no Brasil são altamente concentradas. Essas disputas se dão tanto em áreas tradicionais quanto nas áreas de expansão agrícola. Questão correta.

30) (CESPE – IRB -2010) A industrialização brasileira conheceu um processo de dispersão que, por ter ocorrido de forma ordenada, evitou a metropolização dos novos centros industriais.

Alguém aqui marcaria certo uma questão que diz que a industrialização se deu de forma ordenada? Acho que não né, ou melhor, espero que não... No Brasil, é sempre difícil falar em ordenamento!rs Questão errada.

6. Lista de questões

1) No Centro-Oeste, a modernização da agricultura e a topografia plana do cerrado favoreceram a distribuição de terras agrícolas.

2) A concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários é um fenômeno recente, tendo se iniciado a partir da chamada Revolução Verde.

3) A partir da década de 60, a valorização dos produtos destinados ao mercado externo favoreceu, devidos aos incentivos fiscais, as grandes propriedades, muitas delas empresas multinacionais.

4) Paralelamente à industrialização da produção agrícola no campo, tem havido a diminuição dos movimentos sociais rurais, que se encontram sufocados desde a implementação do modelo neoliberal de economia.

5) A partir dos anos 80, surgiram novas organizações sociais defensoras da Reforma Agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, esse movimento perdeu parte de sua finalidade durante o governo Lula, quando ocorreu a implementação da Reforma Agrária no Brasil.

6) Os problemas ligados à estrutura fundiária brasileira, evidenciam a necessidade de mudanças e reformas no campo, visando corrigir distorções ligadas à concentração, à situação de posseiros e à produção de gêneros ligados à exportação.

7) O avanço do capital sobre a agricultura brasileira introduziu o trabalho assalariado e eliminou o trabalho familiar.

8) A modernização da agricultura, com a introdução de novas técnicas que aumentam a produtividade, é um dos fatores que implicaram a diminuição dos níveis de concentração de terras no Brasil.

9) Um dos grandes problemas da estrutura fundiária brasileira é a concentração da propriedade cujas origens remontam ao modelo de colonização aqui aplicado.

10) (CESPE - ABIN - 2008) A distribuição espacial da indústria no Brasil tem passado por transformações em decorrência da evolução das infra-estruturas de transporte e comunicação. Acerca dessa dinâmica instaurada, julgue os próximos itens.

O Estado contribuiu para o processo em curso de descentralização da produção industrial no território brasileiro

por meio de políticas de desenvolvimento regional, como, por exemplo, disponibilizando energia.

11) (CESPE – ABIN - 2008) Como consequência do processo de descentralização, os desequilíbrios relativos à concentração de renda, em nível regional, cederam lugar à integração territorial, que eliminou as disparidades.

12) (CESPE – ABIN - 2008) Em conformidade com a descentralização industrial, observa-se a ampliação dos mercados por meio do rompimento com as estruturas agroexportadoras existentes no passado.

(CESPE – ABIN - 2008) Perduram imagens obsoletas sobre a região amazônica, verdadeiros mitos. Não apenas os mitos tradicionais da terra exótica e dos espaços vazios, mas também mitos recentes que obscurecem a realidade regional e dificultam a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Nas últimas décadas do século XX, mudanças bem mais drásticas ocorreram na região, tanto no que se refere a aspectos políticos e econômicos quanto no que diz respeito a políticas públicas. As populações regionais se organizam e se tornam atores políticos significativos, a cooperação internacional financeira e tecnocientífica assume influência crescente, e o terceiro setor emerge como mediador de interesses diversos, reduzindo o papel do Estado. (B. K. Becker. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: M. Coy e Kohlhepp (Coords.). Amazônia sustentável. Garamond, 2005, p. 23-4 (com adaptações).)

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os próximos itens, acerca das transformações político-econômicas que têm ocorrido na região amazônica.

13) A forma de ocupação da Amazônia mudou, e a valorização de seus produtos extrativos no mercado internacional, que persiste na atualidade, determina a ocorrência de novos ciclos econômicos.

14) A implementação de novas políticas regionais trouxe como consequência para a Amazônia a desarticulação dessa região da dinâmica socioeconômica no Brasil, prevalecendo, então, os interesses locais, isto é, da própria região.

15) O aproveitamento da vastidão das terras da região amazônica por meio da alocação de pequenos produtores rurais, na segunda metade do século XX, desencadeou intenso fluxo migratório para a região.

16) (CESPE – ABIN - 2008) Na região amazônica, a desconcentração da propriedade da terra, decorrente da ocupação desta por pequenos agricultores, direcionados por programas de assentamento implementados tanto pelo Estado, no caso do Programa Integrado de Colonização, quanto pela iniciativa particular, tornou a estrutura fundiária da Amazônia diferente da de outras regiões do país, em que existem os conflitos agrários.

17) (CESPE – ABIN - 2008)- Na Amazônia, o avanço da fronteira agrícola ocorre por meio da recuperação das áreas degradadas utilizadas para o cultivo de produtos, cuja

exportação representa uma forma de inserção do Brasil no mercado internacional.

18) (CESPE – ABIN - 2008) Embora sejam evidentes os esforços de modernização das atividades no campo, o aumento do volume da produção brasileira decorre do aumento da área de terra cultivada.

19) (CESPE – ABIN - 2008) Resultante da maior inserção do país no contexto internacional, a modernização agrícola, com a consequente queda da necessidade de trabalho humano no campo, contribuiu para o processo de urbanização no Brasil.

20) (CESPE – ABIN - 2008) O desenvolvimento agrícola ocorrido no Brasil coloca-o como provedor de bens primários para o mercado mundial, já que o país apresenta incipiente nível de industrialização.

21) (CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário – Área Administrativa - adaptada) As relações e estruturas familiares no Brasil e em várias partes do mundo vêm se transformando a passos rápidos. A respeito desse tema, assinale a opção incorreta.

a) No Brasil, a taxa de separação e divórcio aumenta gradualmente, embora isso não signifique que os casamentos perderam seu sentido social.

b) O ingresso da mulher no mercado de trabalho alterou, de forma geral, práticas familiares tradicionais no Brasil, como a imagem da mulher associada à de dona de casa.

c) O decréscimo da quantidade de casamentos no Brasil está associado mais fortemente a fatores culturais do que econômicos.

d) Na comparação com o passado remoto, a família brasileira de hoje tende a ser constituída por um número maior de filhos.

22) (CESPE - 2007 - TRE-PA - Analista Judiciário – Área Administrativa) Regiões no Brasil como a Amazônia necessitam ainda de melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos em projeto sustentável e soberano de desenvolvimento que beneficie suas populações e o país no seu conjunto.

23) (CESPE – IRB -2010) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue os itens a seguir.

O avanço das fronteiras econômicas, como a agropecuária na região Centro-Oeste e a mineral na região Norte, contribuiu para a expansão do sistema de cidades.

24) (CESPE – IRB -2010) Ainda hoje, verifica-se a polarização exercida pelas metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, por meio da concentração de indústrias e de serviços.

25) (CESPE – IRB -2010) Tal como ocorre com países desenvolvidos e altamente industrializados, no espaço urbano

brasileiro predominam as atividades do setor terciário, que emprega a maior a parte da população ativa.

26) (CESPE – IRB -2010) No século XXI, tem-se observado crescente fluxo migratório das cidades médias para as grandes metrópoles nacionais, que ainda se mantêm como os maiores pólos de atração populacional do país.

27) (CESPE – IRB -2010) Na primeira metade do século XX, o espaço rural brasileiro caracterizou-se pelas grandes plantações cafeeiras, a que se seguiu a agricultura familiar com sua pluriatividade e o processo de modernização da base técnica na agropecuária, que caracterizou o final do século.

28) (CESPE – IRB -2010) A pluriatividade, realidade da nova concepção de espaço rural adotada pelo agronegócio, ainda não se incorporou à agricultura familiar, baseada na agricultura de subsistência.

29) (CESPE – IRB -2010) Os conflitos pela posse de terra no Brasil ocorrem tanto nas áreas tradicionais de produção agropecuária como nas novas áreas de expansão agrícola, a exemplo da região Centro-Oeste.

30) (CESPE – IRB -2010) A industrialização brasileira conheceu um processo de dispersão que, por ter ocorrido de forma ordenada, evitou a metropolização dos novos centros industriais.

7. Gabarito

1 – E	2 – E	3 – C	4 – E	5 – E	6 – C
7 – E	8 – E	9 – C	10 – C	11 – E	12 – E
13 – E	14 – E	15 – C	16 – E	17 – E	18 – E
19 – C	20 – E	21 – D	22 – C	23 – C	24 – C
25 – C	26 – E	27 – E	28 – E	29 – C	30 – E